



ABRUEM

# Informativo da Associação

Ano XXV - 543 - Brasília, 27 de maio de 2024.

## ***“IA NÃO PODE SER UM INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO”, AFIRMA SECRETÁRIO CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM FÓRUM DA ABRUEM***



Na última manhã de discussões do 71º Fórum da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), o secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social Inácio Arruda, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia do governo federal, realizou palestra e fez apontamentos a respeito de Inteligência Artificial.

Com moderação do presidente da Abruem, professor Odilon Máximo de Moraes (reitor da Universidade Estadual de Alagoas - Uneal), o secretário dialogou com os presentes sobre o tema “Limites e possibilidades da Inteligência Artificial para o desenvolvimento social e sustentável”.

Iniciou sua fala fazendo um balanço das principais atividades do Ministério naquilo que chamou de “reestruturação” da área de Ciência e Tecnologia no país, apresentou números de investimento no CNPq e do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), além de anunciar o lançamento de editais da área que serão anunciados ainda este ano.

Sobre a temática em si, Arruda relatou os desdobramentos de uma reunião, realizada no mês de março, com a presença do presidente da República, do recém-reativado Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), na qual três especialistas presentes dispuseram suas contribuições acerca da Inteligência Artificial, detendo-se a seus aspectos legais, éticos e seu impacto sobre o mundo do trabalho.

Desse encontro, segundo ele, o governo federal teria requisitado ao Conselho uma proposta de criação, a ser apresentada no mês de junho, durante a realização da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, de um Programa Nacional de Inteligência Artificial, que poderia ser batizada com o nome de Guarani ou Yanomami.

A justificativa para a entrada do País na seara da Inteligência Artificial, segundo o secretário, estaria na soberania do estado brasileiro, que não deveria dispor seus dados nas mãos de um pequeno grupo de empresas que atualmente detêm o controle da tecnologia.

Para ilustrar a complexidade da questão, o secretário comparou-o com a dependência brasileira do sistema GPS norte-americano no setor de aviação e com a centralização de dados e informações das grandes corporações ao exemplo do que ocorre nas empresas



de comunicação: “Já se discutiu aqui no Brasil o controle da comunicação nas mãos de poucas famílias e em cada estado, que dominavam a produção de informações cotidianas. Pois temos hoje três ou quatro famílias, no mundo ocidental, que concentram uma quantidade trilionária de dados que geram algoritmos permanentemente, que dizem para você o que você vai fazer e ocultam aquilo que consideram que você não deva saber. Por meio de quê? De uma gigantesca infraestrutura em suas mãos”.

Embora afirme que ainda não há indicação da fonte dos recursos para sua implementação e reconheça ser uma disputa inglória com corporações que já possuem frente no desenvolvimento, com uma infraestrutura estabelecida e orçamentos suntuosos para investimento nessa área, ainda assim o secretário defende que se possa estabelecer um modelo que respeite a realidade nacional e ainda assim garanta a soberania e os interesses nacionais no uso da tecnologia.

Exaltou a capacidade criativa e o histórico exitoso da área de pesquisa nacional frente às adversidades, como a criação do Butantã e da Fiocruz durante a crise epidemiológica e sanitária do início do século XX; a criação da Embraer na área da aviação e criação do Proálcool durante uma das inúmeras crises mundiais do petróleo.

“Nosso país tem capacidade de manter seu próprio projeto de Inteligência Artificial. É um desafio, porque é uma batalha que você compra enfrentando gigantes. Nossa proposta deve ser capaz de não permitir, com a alta tecnologia, exclusões sociais. Porque a lógica do sistema é manter mais gente fora do alcance do conhecimento e da participação desse mundo novo da transformação digital”, defende.

Para se afiançar da eficiência, sustentabilidade e da isonomia no cumprimento dos objetivos propostos, o brasileiro deverá aguardar pelo menos até junho, quando estará mais claro o teor da proposição. Até lá, é preciso estar atento aos sinais que emitem os algoritmos e as questões que se descortinarão a partir dali. “É um grande desafio nosso. É, ao mesmo tempo, um desafio da Academia, dos cientistas brasileiros, da governança do Brasil e também do setor industrial brasileiro”.

Em seguida houve a apresentação da Câmara Técnica de Graduação (Ensino) com a temática “Processo de avaliação do Ensino Superior, Conselho de Avaliação e Novas Tecnologias do Inep”. A palestra foi proferida pelo diretor de Avaliação da Educação Superior (INEP), Ulysses Tavares, e mediada pela reitora da Universidade do Estado de Mato Grosso, Vera Lúcia da Rocha. Os relatos da Câmara Técnica de Graduação (Ensino) pelo presidente e reitor da Unioeste, Alexandre Almeida Weber, foram realizados na sequência.

Fonte: Comunicação UEMG, com alterações

## ***CARTA DE BH DESTACA A IMPORTÂNCIA DA INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES***



As discussões do 71º Fórum Nacional da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) foram encerradas na tarde da última sexta-feira (24/5), no auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em Belo Horizonte. O evento foi organizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com o tema “Ética, estética e inteligência artificial”.

A leitura da Carta de Belo Horizonte, que marcou o encerramento do Fórum, foi realizada pela reitora da UEMG, professora Lavínia Rosa Rodrigues, e pelo presidente da Abruem, professor Odilon Máximo. O documento ainda não foi publicado.

O texto aponta para a necessidade de fortalecimento da educação superior, especialmente das instituições de ensino fora dos grandes centros urbanos, que atendem as comunidades nos interiores dos estados, com uma distribuição mais justa de recursos entre as universidades federais, estaduais e municipais, considerando critérios como o Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) das regiões onde se localizam e o número de estudantes de baixa renda matriculados.

Além disso, o documento destaca a importância de se garantir a criação e manutenção de políticas públicas de permanência e assistência estudantil, assim como o apoio psicossocial e a acessibilidade nas universidades, contemplando também os meios digitais.

A Carta de Belo Horizonte também salienta a importância de as universidades priorizarem o letramento digital e as habilidades de

pensamento crítico, com a promoção de aprendizagem acessível aos diversos segmentos sociais, através do ingresso e do reingresso no sistema de educação superior.

Pouco antes da leitura do documento, no início da tarde, a professora Olira Saraiva Rodrigues, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), falou sobre a educação a distância, em tempos de inteligência artificial.



Com mediação da professora Darlene de Castro Teixeira, vice-reitora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), a palestra abordou a necessidade de uma regulamentação e do uso crítico da IA, com o estabelecimento de arcabouços legais para o uso da IA generativa, a utilização de ferramentas para detecção de plágio e a promoção atividades que desenvolvam nos estudantes a capacidade de identificar e analisar, criticamente, os conteúdos gerados por ela.

“Falta-se regulamentação ética. Nós não temos ainda uma regulamentação que nos respalde, que esteja conosco em relação aos direitos autorais e à privacidade, para que não se torne uma precarização do ensino”, disse Olira.

A docente também falou sobre os desafios da educação a distância em relação a IA. Para ela, é necessária a promoção de pesquisas científicas e de discussões críticas sobre o assunto, assim como uma formação específica de professores, para que possam compreender a IA de maneira ética e dialética, no desenvolvimento de práticas pedagógicas.



Nos relatos da Câmara Técnica de Ensino a Distância, Universidade Aberta do Brasil e Tecnologias Educacionais, a professora Carmen Maria Cipriani Pandini, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), apresentou as ações realizadas em 2023 e as metas para este ano.

Entre as ações previstas, está a realização de uma pesquisa, com o objetivo de obter um diagnóstico da implementação da educação a distância nas universidades associadas. Outra, com o mesmo fim, foi realizada há dez anos, de modo que um novo levantamento pode apontar eventuais avanços ou retrocessos.

## ***Mesa de Thereza e visita a Inhotim***

No fim da tarde, os reitores e reitoras participaram da Mesa de Thereza, no Palácio das Mangabeiras. O projeto, realizado pela professora Thereza Portes, traz uma longa toalha que, há anos, vem sendo bordada coletivamente, com o traçado de memórias e sentimentos dos participantes, que bordam enquanto tomam café, coado na hora, e compartilham biscoitos, bolos e pães, dispostos sobre a mesa.



Os reitores e reitoras visitaram ainda o Instituto Inhotim, ao longo de sábado (25/4). O maior complexo de museus a céu aberto do mundo, localizado no município de Brumadinho, abriga obras de artistas brasileiros e de outros países, como Hélio Oiticica, Cildo Meireles e Adriana Varejão.

Fonte: Comunicação UEMG. Texto: Elias Fernandes

## ***CONFIRA AS FOTOS DOS PRINCIPAIS MOMENTOS DO 71º FÓRUM NACIONAL DE REITORAS E REITORES DA ABRUEM***







**Associação Brasileira dos  
Reitores das Universidades  
Estaduais e Municipais**

**Expediente**

[www.abruem.org.br](http://www.abruem.org.br)

Email: [abruem@gmail.com](mailto:abruem@gmail.com)

Jornalista responsável - Núbia Rodrigues. DRT: 2252-GO

Diagramação: Graziano Magalhães

Secretaria Executiva: Carlos Roberto Ferreira

Secretaria Geral: Denize Alencastro